

BOLETIM

DA

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

ARCHITECTURA CIVIL
E
CONSTRUÇÕES

N.º 6

ARCHEOLOGIA HISTORICA
E
PREHISTORICA

SUMMARIO D'ESTE NUMERO

Um viajante francez do seculo xvii pelo sr. JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO.....	Pag.	81
SECÇÃO DE ARCHITECTURA:		
Relatorio da commissão eleita para se occupar da classificação dos edificios monumentaes....	»	83
Architectura religiosa em Portugal, (Estampa n.º 42) pelo sr. J. P. N. DA SILVA.....	»	87
Historia da architectura, <i>Mestre Affonso Domingues</i> , drama do sr. AUGUSTO EUGENIO DE FREITAS CARVALHO E SOUSA.....	»	89
SECÇÃO DE ARCHEOLOGIA:		
O livro do sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva — <i>Noções elementares de archeologia</i> — avaliado lá fóra, pelo sr. JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO.....	»	92
CHRONICA DA NOSSA ASSOCIAÇÃO.....	»	92
NOTICIARIO.....	»	93
Agradecimento ao sr. Clément Sipièrre pelo sr. JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO.....	»	96

UM VIAJANTE FRANCEZ DO SEculo XVII

Tenho diante de mim um escripto, de muito util curiosidade, devido ao talento e laboriosidade do sr. conde de Marsy, intitulado — *Balthasar de Monconys*. — *Analyse de ses voyages au point de vue artistique*, par le Comte de Marsy. Caen. 1880.

Vou dar uma breve noticia d'esse muito erudito escripto.

O sr. conde de Marsy analysa as viagens de Monconys, unicamente sob o aspecto artistico, deixando de parte o ponto de vista scientifico, em que tambem podiam ser encaradas as viagens, pois que Monconys se occupou com a cultura das sciencias.

¿ Quem era o viajante ?

Balthasar de Monconys nasceu na cidade de Lyon, no anno de 1611; descendia de uma familia da magistratura, oriunda da Borgonha; foi membro do conselho privado de el-rei, e logar-tenente criminal na séde presdial de Lyon.

Com justo fundamento é considerado, pelo auctor, como sendo um dos typos mais interessantes para as pessoas a quem inspira curiosidade o seculo xvii.

Sem embargo das altas funcções officiaes que exerceu, ás quaes não podia deixar de consagrar uma boa parte do tempo, deu as mais decididas

mostras de gosto pelas sciencias, e de verdadeira paixão pelas viagens.

Nas sciencias, particularmente se dedicou ao estudo theorico e pratico da physica e da chimica. Ao passo que brilhava na Academia de Montmort, tornava-se conhecido de Gassendi, de Pascal, de Roberval e de Auzout, e se correspondia com o cavalheiro Digby, com o Eleitor da Baviera, com Vossius, com o P. Kircher, Hobbes, Sluz, Fabo, del Pozzo, etc. Não lhe consentiu a sua curiosidade recusar o tributo á epoca em que vivia, occupando-se com a pedra philosophal, e trabalhando com Van-Helmont.

Nas viagens que fez não se descuidou jámais das sciencias, nem tão pouco de se relacionar com os sabios que ia encontrando.

A primeira viagem de Monconys foi a de França a Salamanca, em cuja Universidade, então afamada, queria o pae que elle completasse os estudos. Por espaço de um anno percorreu a Hespanha, e chegou a Lisboa, no intuito de passar á India; mas o fallecimento do irmão mais velho foi parte para que o pae o fizesse regressar a França, onde o aguardava o exercicio dos empregos supra-mencionados.

Quasi vinte annos decorreram, sem que podesse satisfazer a sua paixão de viajante. Mas por fim, no anno de 1645, partiu para a Hespanha, propondo-se de novo a passar á India! Varios incidentes

occorreram, que fôra longo especificar, até que depois pela Italia se poz a caminho para ir vêr o Egypto e a Syria.

Visitára elle todo o Portugal e as provincias meridionaes da Hespanha; mas relativamente a essas duas viagens não menciona collecção alguma artistica, e apenas aponta algumas egrejas e relicarios; parecendo presumivel ao sr. de Marsy, que sómente se apaixonasse Monconys pelas bellas-artes, depois de ter vivido em Lyon com seu irmão, do nome de M. de Liergues, que então teve a reputação de ser o francez mais entendido em materia de medalhas, moedas, inscripções, etc.

Nos annos de 1663 e 1664, depois de ter estado na Inglaterra, percorre Monconys os Paizes Baixos, a Allemanha, a Hungria e a Italia. São interessantes os esclarecimentos que elle ministra, na historia d'estas viagens, na parte em que dão conhecimento dos artistas, e dos quadros que viu nos *ateliers* diversos, bem como a respeito dos preços dos mesmos quadros.

Avisadamente pondera o sr. de Marsy, que seria um muito util trabalho, verificar a identidade dos quadros que o viajante cita, e indicar o que foi feito d'elles. Mas esse commettimento, sobre maneira arduo, é mais proprio das pessoas que lidam n'esses estudos especiaes.

O sr. conde de Marsy alegrou o discurso, observando que o nosso viajante, ao percorrer as officinas dos artistas, deu por vezes mais attenção ás filhas e criadas bonitas d'estes, do que aos objectos das bellas-artes. Haja vista aos seguintes extractos das *Viagens*:

«Fui procurar o pintor Goedart. Não estava em casa; mas veio fallar-me a filha, uma das mais bellas mulheres, e da mais insinuante physionomia, que em toda a minha vida tenho visto.»

«Em Leyde fomos a casa do mestre Beyau para ver os seus quadros. O homem não estava em casa; mas appareceu-nos uma linda creada, que bem confirmava o que disse Guicciardini da belleza das mulheres de Leyden, que aliás não egualam as que vi na Zelandia.»

Não creio que por isto queiram os leitores mal ao nosso viajante...

Em Londres mais se entreteve Monconys com os assumptos scientificos e com as sessões academicas, do que se dedicou a visitar galerias e *ateliers*. No entanto, foi conduzido pelo cavalheiro Morey a ver o «Gabinete do Rei», no qual encontrou muito bellas miniaturas, figuras de marfim, e *antigos* de bronze. Quando estava examinando estas interessantes curiosidades, entrou no gabinete Carlos II, o qual disse ao viajante, com a maior affabilidade: «Muito me comprazo em que viesseis visitar o meu museu, que aliás é a metade do que o defunto rei tinha reunido.»

A proposito do tecto de uma sala de White-Hall, pintado pelo immortal Rubens, recorda-se o sr. de Marsy da celebração do tricentenario do nascimento do sublime pintor; esplendida e solemnisima festa, á qual fôra convidado a assistir, havia uns tres annos. Lastimo que a necessidade de ser breve me impeça de reproduzir as particularidades que em uma erudita nota são apontadas.

Monconys foi com o duque de Chevreuse visitar, em White-Hall, a rainha D. Catharina (de Portugal), mulher de Carlos II. Sinto sobremaneira não encontrar no extracto senão este apontamento: A cousa que mais lhe chamou a attenção na sala da recepção, não foi a tapeçaria, que lhe pareceu medianamente bella (*passablement belle*), mas sim os cavalletes de chaminé, muito feios, de ruim ferro, com rodélas de cobre mal polido; a ponto de julgar conveniente reproduzir a competente gravura em uma das estampas do seu *Jornal de viagens*.

Em St. James, onde habitavam o duque e a duquesa de York, tudo lhe pareceu melhor do que no palacio do rei; e menciona alguns objectos notaveis.

Darei por fim noticia de um extracto, que se refere á galeria de um portuguez em Antuerpia (Anvers).

«Dom Gil de Olivares, cavalleiro de S. Thiago, levou-me a casa de um portuguez, chamado Douart (*Duarte*), que tinha um formoso jardim e larangeiras de singular perfeição. Vi n'essa casa uma grande quantidade de bellos quadros. Entre outros, um nascimento da Virgem, de *Albert*; dois *Breugles* admiraveis; infinitos bellos *Vandics*; um *Quintim*; um retrato de *Maubeuge*; *Ticianos*; *Tintoretos*; *André del Sarto*; e uma Divindade sobre os quatro Evangelistas, que eu julgaria ser a verdadeira de Raphael, se não tivesse já visto muitas semelhantes.» *NB.* A esta especialidade voltaremos opportunamente. Mas desde já temos o desprazer de annunciar que esta riquissima collecção de um portuguez foi vendida em Amsterdão no fim do seculo XVII... Fatal incuria nossa!

Se fossemos atraz do nosso gosto, acompanhariamos o sr. conde de Marsy em todos os extractos que elle apresenta, e nas eruditas notas com que os esclarece. Mas chamam-nos imperiosamente outros trabalhos, a que não podemos faltar; e força é que nos contentemos com despertar a curiosidade de ler na integra a interessante analyse.

JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO.

SECÇÃO DE ARCHITECTURA

Relatorio e mappas ácerca dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionaes, apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, em conformidade da portaria do ministerio das obras publicas de 24 de outubro de 1880.

ASSEMBLÉA GERAL

(Extracto da sessão de 30 de dezembro de 1880)

«O sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro, presidente da commissão eleita em 30 de outubro, para se occupar da classificação dos edificios monumentaes do reino, apresentou o resultado dos trabalhos da mesma commissão, que foi lido pelo seu relator o sr. Ignacio de Vilhena Barbosa.»

O relatorio é do teor seguinte :

SENHORES :

O encargo que esta Real Associação commetteu á Commissão nomeada para indicar os edificios do nosso paiz, que devem ser considerados como monumentos nacionaes, não era de facil e prompto desempenho.

É mui pequena, certamente, a área de Portugal. Todavia serviu de passagem e deu abrigo a muitos povos, oriundos de diferentes regiões, na lenta mas continua evolução dos progressos da humanidade. Representa, portanto, um vasto theatro de acontecimentos memoraveis em todas as edades dos povos, que o têm habitado desde os mais remotos tempos historicos até aos nossos dias.

Não podem, por conseguinte, deixar de ser considerados monumentos nacionaes todos os padrões, que attestam simplesmente a passagem ou a existencia d'esses povos em o nosso paiz, e os que commemoram os grandes successos da sua vida. Todos estes padrões são apreciaveis tambem sob outro ponto de vista, pois que nos fornecem importantes elementos para a historia das artes em Portugal; importantes, por mais tosca e grosseira que seja a sua construcção. A historia artistica de um paiz não será completa, se não começar na primeira infancia da arte.

As invasões, e guerras estrangeiras, que tantas vezes, no correr dos seculos, têm assolado esta nossa região; as commoções do solo, que lhe são peculiares, e que por muitas vezes têm alastrado a terra de ruínas e de cadaveres; o embate corrosivo do tempo; e, ainda peor do que este embate, e do que os proprios cataclysmos da natureza, o alvião destruidor nas mãos barbaras dos demolidores

ignorantes; e emfim, a trolha dirigida nas reedificações por artifices igualmente inscientes, tem derrocado e feito desaparecer, ou desfigurado a maior parte d'aquellas estimáveis memorias de tantas gerações, sumidas na voragem dos seculos.

N'estas circumstancias é muito ardua tarefa a designação dos monumentos nacionaes. Não basta que a tradição popular, ou quaesquer memorias escriptas, ou documentos irrecusaveis digam, que tal edificio data de muita antiguidade, ou commemora um facto historico notavel. É mister averiguar se esse edificio ainda mostra a fabrica da fundação; ou se, pelo menos, os reedificadores lhe deixaram a descoberto alguma das suas feições primitivas, que auctorisem a tradição ou a memoria escripta, ou que esteja de accordo com o documento da sua origem, ou dos successos, que symbolisa.

A este estudo previo deveria seguir-se outro trabalho igualmente importante e essencial não só para complemento d'aquella indicação, mas tambem para que esta facilite a acção do governo na conservação dos monumentos nacionaes.

Esse trabalho é a classificação dos edificios, que devem ser considerados como monumentos e padrões historicos e artisticos.

Um trabalho d'esta ordem exigiria, além de muita competencia das pessoas a quem fosse commettido, um longo espaço de tempo para se levar a cabo.

Reconheceu a vossa commissão que lhe era impossivel abalançar-se a essa ardua empreza, e sobretudo dentro de um periodo, que forçosamente tem de ser curto. Entretanto entendeu que não podia eximir-se a tentar fazer uma tal ou qual classificação dos edificios e construcções diversas, que devem ser consideradas padrões da historia e da arte. Não podia, pelas razões expendidas, fazer a sua classificação scientifica, qual seria para desejar. Limitou-se, portanto, a uma classificação mui simples, que lhe facilitasse a distribuição por cathogorias ou classes d'aquelles edificios e construcções diversas.

Levada d'este intuito, pareceu-lhe conveniente crear seis classes. Collocou na primeira os que reúnem em si, em maior grau, as memorias historicas e os primores artisticos; e tambem os que sómente se recommendam pela grandeza da sua construcção ou pela sua magnificencia, ou pelas excellencias d'arte que encerram.

Estes devem ser conservados, e restaurados os que demandarem restauração.

E pode o governo fazel-o sem novo encargo para o thesouro. Do mesmo modo por que tem sido res-

taurado o primoroso monumento da victoria de Aljubarrota, podem ser restaurados, a seu turno, os outros monumentos d'esta classe, que necessitem de restauração em alguma das suas partes artisticas. Para este encargo existe já no orçamento do estado uma verba, que será sufficiente se fôr applicada com discrição, zelo e economia.

Põe na segunda classe os edificios, que, além de qualquer significação historica, são tambem importantes para o estudo da historia das artes em Portugal, quer seja pela sua architectura, ou estrutura, em geral, quer seja por feições caracteristicas de alguma das suas partes.

Para estes edificios requer-se apenas desvelada conservação, sem onus, ou quasi sem onus, para o thesouro publico, porque têm pela maior parte quem por obrigação e interesse particular ou de corporação, vele pela sua conservação.

Não será bastante, porém, este cuidado.

É necessario que, a pretexto de reparação ou de reconstrução, não seja destruida ou desfigurada parte alguma do edificio, com que se altere o seu estylo architectonico, ou a sua ornamentação primitiva.

Cumpra ao governo obstar a que se commettam estes desacatos de lesa arte.

Conseguirá facilmente evital-os recommendando ás auctoridades locais assidua vigilancia sobre os edificios incluídos n'esta segunda classe. Se, em vez de reparação, se pretende proceder a reconstrução ou restauração, deve o governo exercer superintendencia nas obras por meio de individuos perfeitamente habilitados.

Ainda que se ache n'estas circumstancias algum edificio particular, indicado n'esta classe, a conveniencia publica auctorisa sem duvida a intervenção governativa em prol da conservação do monumento, pela maneira que se julgar compativel com os direitos de propriedade. N'esta segunda classe vão indicados alguns edificios particulares, que têm valia historica e valor artistico.

A terceira classe compõe-se dos castellos e torres, monumentos da arte militar antiga, mais ou menos ricos de tradições historicas. Alguns ainda estão de pé, parecendo desafiar a furia das tormentas. Outros apenas mostram as reliquias da sua grandeza d'outr'ora. Mas todos esses gigantes de remotas eras, testemunhas de innumeraveis acções d'heroismo dos nossos antepassados, devem ser conservados com acatamento, quer campeiem ufanos como nas quadras da sua gloria, quer se vejam em grande parte prostrados e confundidos no pó das ruinas.

Um, o de Guimarães, d'entre todos o mais apreciavel, certamente, pela sua antiguidade, anterior á monarchia; por ter servido de berço e de côrte ao nosso primeiro rei, mostrando os restos dos seus

paços, de modo a poder-se conhecer a divisão interior d'elles; pelo seu excellento estado de conservação, não obstante pesarem sobre as suas muralhas torreadas mais de oito seculos, merece tão especial attenção e cuidado, não só para que seja protegido contra a barbaridade dos homens, mas tambem para que o ajudem a resistir á acção assoladora do tempo, quando esta o ameaçar de ruina, que pareceu á commissão, dever assignalar-lhe logar na primeira classe.

O cuidado da conservação d'este monumento, e das outras construcções do mesmo genero, deverá pertencer ás camaras municipaes dos respectivos concelhos, aos quaes servem de braços honorificos.

Cabe, porém, á auctoridade administrativa da localidade velar pelo fiel cumprimento d'este dever.

Comprehendem-se na quarta classe os monumentos erigidos pela gratidão nacional em honra de homens, que bem mereceram da patria. A conservação d'estes monumentos deverá estar a cargo das municipalidades, exceptuando os que foram erigidos á custa do thesouro publico.

A quinta classe abrange muita diversidade de padrões importantes para a historia e para as artes, taes como cippos, columnas miliarias, e outras memorias epigraphicas; certos pelourinhos e cruzeiros, notaveis pelo seu estylo architectonico, e pela sua ornamentação; alguns mansoleus que não se abrigam sob as abobodas dos templos, que vão incluídos em alguma das outras classes; diferentes casas que serviram de habitação a grandes vultos historicos ou litterarios: e outros padrões commemorativos de proezas militares, ou patrioticas, de descobrimentos, etc.

Reclamam todos estes padrões desvelados cuidados de conservação, que naturalmente se repartem pelas municipalidades, juntas de parochia, governadores de districtos ou de provincia, segundo a indole e situação dos padrões.

A sexta e ultima classe, finalmente, diz respeito aos monumentos prehistoricos.

Estes monumentos, hoje de tanto apreço para o estudo da anthropologia, merecem que o governo recomende aos seus delegados nas localidades respectivas, que não permittam que elles sejam destruidos, como outros foram em tempos antigos.

São titulos de nobreza tanto para as familias, como para os povos, a antiguidade da sua origem, e os feitos gloriosos dos seus antepassados. Por esta razão as nações que se prezam do honroso epitheto de cultas, estimam e respeitam os monumentos da sua historia, velando cuidadosamente pela conservação d'elles, ainda que não se recommendem por merecimento artistico. Este constitue, quer reunido, quer separado, outro titulo nobiliario não menos valioso; pois que os progressos de um povo

na carreira das artes, dão, só de per si, a justa medida dos seus passos no caminho da civilização. Além d'isto, é nos monumentos, mais ou menos artisticos, que se estuda a historia das artes de um paiz; estudo indispensavel para as nações civilisadas. Se abstrahirmos de todas as razões de importancia moral, e considerarmos os monumentos como questão puramente economica, o governo que saiba zelar e promover os interesses publicos, tem rigorosa obrigação de olhar attentamente pela sua conservação e reparação. Cumpre-lhe cuidar em conserval-os em bom estado, não só para evitar que se destrua e perca o capital, que elles representam; mas tambem para que se convertam em capital productivo para o paiz em geral, e em um verdadeiro e activo elemento de prosperidade para as terras, que os possuem, pois que em toda a parte são um poderoso estimulo á curiosidade dos viajantes. Poderia citar-se o exemplo, fóra de Portugal, de numerosas terras sertanejas, que não ha ainda muitos annos eram aldeias pequenas e pobres, e que hoje, graças a algum monumento ou curiosidade natural, que encerram dentro ou nas visinhanças de seus muros, vêem-se transformadas em povoações grandes, alindadas e prosperas.

Foram as communicações facéis e baratas, e as commodidades da hospedagem, que concorreram para se operar aquella metamorphose.

Entre nós ainda escaceia este conjuncto de condições favoraveis ao desenvolvimento das terras. Mas é patente, que melhora este serviço de anno para anno, e que se vae estendendo a todo o reino. E não é menos certo, que cresce annualmente o numero de viajantes para as terras, que já se acham dotadas com aquellas condições de progresso.

Por vezes o governo portuguez providenciou sobre a conservação dos monumentos. Foi D. Affonso IV, ao que parece, o primeiro dos nossos soberanos, que se lembrou de attender a essa necessidade, embora com intuitos restrictos.

Verdade é que em outros reinados, principalmente no de el-rei D. João III, se exerceu, com permissão do governo, a mais barbara devastação, destruindo-se os mais notaveis monumentos da arte romana, que então existiam em o nosso paiz; desfigurando-se tambem outro monumento coevo com a fundação da monarchia (Santa Maria do Olival, proximo da cidade de Thomar), com profanação e destruição de tumulos de personagens historicos.

Tivemos, porém, no seculo passado quem, para honra do paiz, prestasse attenção intelligente e patriótica a este importante assumpto da governação publica.

Instituida por decreto d'el-rei D. João V, de 8 de dezembro de 1720, a Academia Real de Historia Portugueza, celebrou n'esse mesmo dia a sua sessão

inaugural em uma sala dos paços da Ribeira, na presença da familia real. Por diligencia da referida Academia foi publicado, d'ahi a poucos mezes, o decreto de 14 de agosto de 1721 sobre a conservação dos monumentos.

Prohibia-se n'este documento a todas as pessoas, fosse qual fosse a sua posição social, destruir, sob qualquer pretexto, ainda que estivesse em ruínas, monumento algum dos tempos em que dominaram em o nosso paiz os *phenicios, gregos, carthaginezes, romanos, godos, e arabes*, e egualmente *estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedas* e outros artefactos já *descobertos* ou que viessem a descobrir-se. Comminava penas aos que contraviessem estas regias determinações; e não só aos que destruíssem os referidos edificios antigos, embora arruinados, e fundissem as ditas moedas, chapas, laminas, etc. de qualquer metal; mas tambem aos que occultassem esses objectos. Encarregava as camaras das cidades e villas do reino da guarda e conservação dos mencionados monumentos, e ordenava-lhes que comprassem pelo seu justo valor todas as moedas e mais objectos de metal, dos tempos antigos até ao reinado de D. Sebastião, e que se descobrissem de futuro nos limites do seu districto, e que logo as remetterssem á Academia Real de Historia Portugueza, a qual promptamente mandaria satisfazer o seu custo da consignação, que recebia do real thesouro para as suas despesas. Cumpria á mesma Academia tomar conhecimento de todos os monumentos da antiguidade, para providenciar, do modo que julgasse mais acertado, sobre a melhor conservação d'aquelles, que merecessem mais particular cuidado.

Em resultado d'aquelle decreto recebeu a academia, nos 29 annos restantes do reinado de D. João V, grande numero de objectos archeologicos em marmore e em diferentes metaes, descobertos em escavações casuaes em diversas parte do reino, mas principalmente no Alemtejo.

Com esses objectos formou a Academia um curioso museu archeologico nas salas do palacio dos duques de Bragança, na rua hoje chamada do *The-souro Velho*, onde se achava estabelecida. Infelizmente sobrevieram o terremoto do 1.º de novembro de 1755, e o incendio que logo se lhe seguiu, e quasi todo o palacio foi derrocado e reduzido a cinzas, sendo consumido pelo fogo o museu d'en-volta com muitas outras preciosidades, que alli se guardavam, pertencentes á casa real.

Pois se ha seculo e meio se deu entre nós um tão honroso exemplo de apreço e de protecção aos padrões da antiguidade, não póde, não deve o governo, n'esta epoca de maior illustração, abandonar á acção devastadora do tempo, ou á sanha brutal dos demolidores, ou á ignorancia dos reedificadores os

monumentos, que commemoram os feitos gloriosos dos nossos antepassados, ora pelejando e vencendo nos campos de batalha pela liberdade da patria, ou pelo lustre e grandeza do seu nome; ora devassando mares ignotos, e descobrindo terras desconhecidas, para levar ás mais longinquoas regiões com o estandarte das quinas a luz civilisadora do Evangelho.

Diligenciou a vossa commissão, para auxiliar os bons desejos do illustrado ministro das obras publicas, fazer, até onde lhe fosse possível, um como ensaio de um tombo geral, não só dos principaes monumentos nacionaes, mas tambem de todas as construcções, que possuímos de importancia artistica e historica.

Porém, era impossivel, como já aqui se disse e agora se repete, que este trabalho saísse da commissão completo. Não podiam esperar os seus membros, que a memoria lhes forneceria todos os elementos de que careciam em um assumpto de tão grande vastidão. Para se socorrerem ao estudo, ás investigações, e ás informações faltava-lhes o tempo, não obstante sobrar-lhes a boa vontade.

Mas remediar-se ha este defeito, se o governo se resolver a crear uma commissão inspectora dos monumentos nacionaes, junto dos ministerios do reino e das obras publicas, com attribuições consultivas, ou encarregada de vigiar pela conservação d'elles, pelo modo e sob as condições, que o governo julgar mais acertado.

Na legislação moderna das nações mais cultas, e nomeadamente nas ordenações francezas de 19 de febreiro de 1839, e de 19 de febreiro de 1841, que são trabalhos muito completos sobre o assumpto, encontrará o governo excellente guia para se dirigir na organização de regulamentos para a conservação dos monumentos nacionaes.

É aquella, pois, uma instituição, que se afigura á vossa commissão como providencia preliminar, que deverá produzir proficuos resultados.

Então essa commissão inspectora poderá completar em devido tempo aquelle tombo, que é, certamente, a base indispensavel para um plano de conservação dos monumentos nacionaes, que possa dar resultados verdadeiramente uteis e realisaveis.

Feito d'est'arte esse catalogo geral dos monumentos portuguezes, é então chegada a occasião opportuna para se proceder á sua classificação scientifica, trabalho que o governo commetterá á mesma commissão, ou ás pessoas que julgar mais habilitadas para o bom desempenho d'essa tarefa, difficilima em o nosso paiz pelas razões já apontadas. Para se conseguir um tombo geral dos edificios, que são propriamente monumentos nacionaes, e de todas as mais construcções, que se devem considerar padrões historicos e commemorativos de varões

illustres, ou elementos apreciaveis ppra o estudo da historia das artes em Portugal, não bastará recorrer ás camaras municipaes, aproveitando a auctorisação concedida pelo ministerio do reino, afim de solicitar esclarecimentos da sua illustração e patriotismo. Será indispensavel, sem duvida, proceder-se a serios estudos sobre todos ou, pelo menos, sobre a maior parte dos esclarecimentos, que se obtiverem; estudo que só poderá ser commettido á commissão inspectora aconselhada ao governo. Todavia, enquanto o ministro não tomar resolução sobre este ponto, a vossa commissão irá solicitando e archivando os esclarecimentos enviados pelas camaras.

Porém, não podendo deixar de ser morosa esta diligencia de obter informações, e sendo urgente que esta Real Associação responda desde já ao sr. ministro das obras publicas, não deverá haver duvida em enviar-lhe este relatorio e o catalogo, que o acompanha.

Não sirva de objecção o estado incompleto d'este catalogo, attentas duas razões. A primeira consiste em o ministro achar n'elle indicados os edificios, que são monumentos nacionaes no sentido mais restricto d'estes vocabulos, o que constitue, sem duvida, a parte mais urgente da resposta á pergunta do mesmo sr. ministro, pois que a conservação d'estes edificios está exclusivamente a cargo do governo, figurando para esse fim uma verba especial no orçamento geral do estado. E n'este ponto cumpre á commissão declarar, que julgou sufficiente a verba annual, votada para a conservação dos monumentos nacionaes, sendo exclusivamente applicada para este fim, não porque entenda que ainda assim se possa com ella satisfazer todas as necessidades d'este importante ramo de administração publica; mas sim para não aggravar, nas actuaes circumstancias, os tão peizados encargos do thesouro; e tambem, por consequente, para não levantar difficuldades, que façam esmorecer o animo do governo no seu louvavel e patriotico empenho.

A segunda razão é a conveniencia de dar conhecimento ao governo, por meio d'esse ensaio de um tombo geral, do plano de trabalhos, que a commissão concebeu, e que se lhe antolha como base essencial para a boa organização d'este importante ramo da administração publica.

Lisboa, Sala das sessões da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos portuguezes.

José Silvestre Ribeiro, presidente — *Antonio Pedro de Azevedo*, secretario — *Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, *Augusto Carlos Teixeira de Aragão*, *Valentim José Correia*, vogaes. — *Ignacio de Vilhena Barbosa*, relator.

Approvado em Assembléa geral de 30 de dezem-

Handwritten text in a grid-like format, possibly a ledger or account book. The text is written in a cursive script, likely from the 18th or 19th century. The grid consists of approximately 10 columns and 10 rows, with some cells containing numbers and others containing text.

Handwritten text in a grid-like format, possibly a ledger or account book. The text is written in a cursive script, likely from the 18th or 19th century. The grid consists of approximately 10 columns and 10 rows, with some cells containing numbers and others containing text.

Handwritten text in a grid-like format, possibly a ledger or account book. The text is written in a cursive script, likely from the 18th or 19th century. The grid consists of approximately 10 columns and 10 rows, with some cells containing numbers and others containing text.

BOLETIM

DA

REAL ASSOCIAÇÃO DOS ARCHTECTOS CIVIS

E

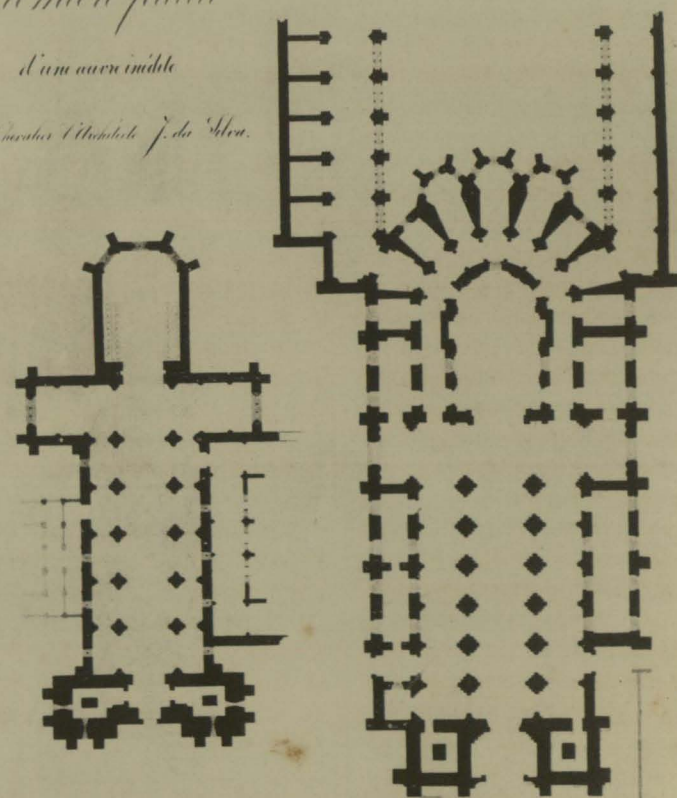
ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

Première feuille

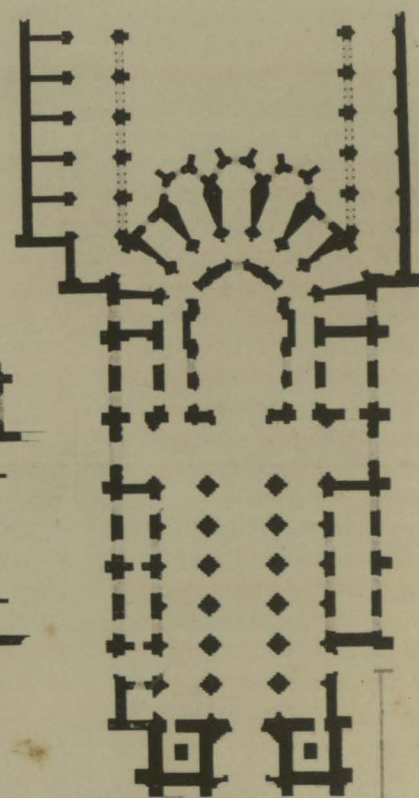
d'un ouvrage inédit

par le Comte d'Albuquerque F. de Almeida

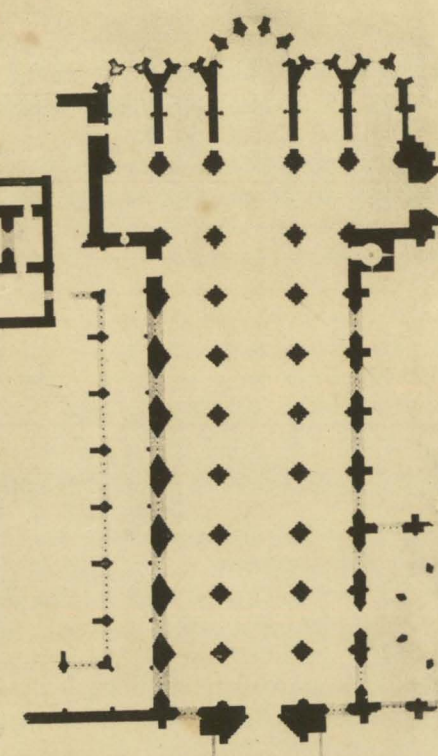
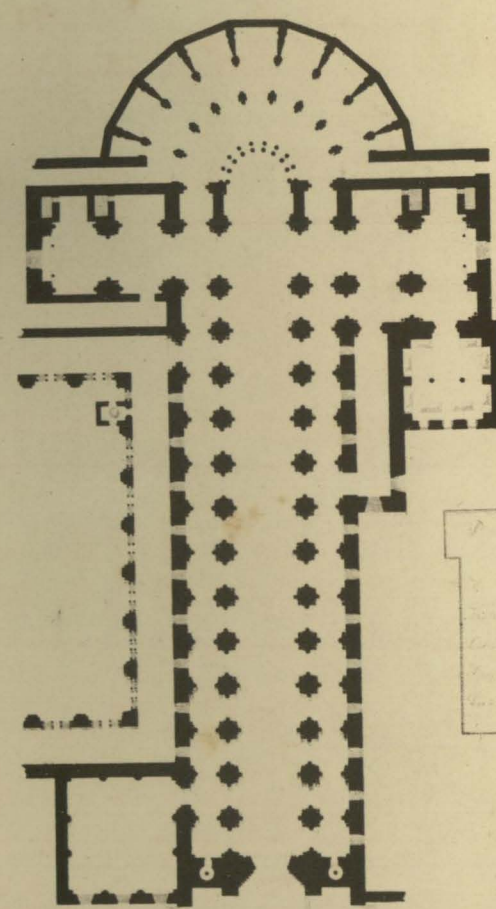
Parallèle des plans des principales églises du Portugal.



CATHÉDRALE DU PORTO.



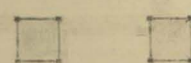
CATHÉDRALE DE LISBONNE.



CATHÉDRALE DE BRAGA.

ÉGLISE DU COUVENT, BATALHA.

ÉGLISE.



ALCOBAÇA.

DU COUVENT

M. D. Santos

Estampa 38

Phototypia

PLANTAS DAS PRINCIPAES EGREJAS DE PORTUGAL

bro de 1880. — *Joaquim Possidonio Narciso da Silva*, presidente da mesa. — *Valentim José Correia*, secretario.

(Continua).

ARCHITECTURA RELIGIOSA EM PORTUGAL

(Estampa n.º 42)

De todos os edificios publicos de Portugal os mais importantes, não sómente pelo grandioso do seu aspecto, como pelo merecimento de sua architectura são, sem duvida, as cathedraes e as igrejas dos antigos conventos do reino.

Desde o principio da monarchia cem templos foram mandados construir pelo rei D. Affonso Henriques, a fim de testemunhar o seu reconhecimento á Providencia Divina por lhe ter feito alcançar assignaladas victorias sobre os mouros, assim como para consolidar o verdadeiro culto da religião, e satisfazer a sua fervorosa devoção.

Os seus successores na governação do paiz seguiram esse devoto e politico exemplo em todas as épochas, para patentearem o triumpho da fé sobre o islamismo e o engrandecimento dos seus estados. Portanto, os soberanos portuguezes tiveram sempre o maior zelo em mandar construir esses edificios religiosos, ornamentados com superior magnificencia e grandiosa representação. Além d'isso a igreja é de todos os edificios publicos aquelle que causa o interesse mais vivo no publico, porque todas as classes da sociedade se reúnem n'elle, fazendo-lhes não só recordar os feitos historicos da nação, como igualmente avivando-lhes no pensamento os seus mais secretos affectos; sobre tudo vão buscar n'esses recintos sagrados o conforto espirital para obterem a força necessaria para vencerem os obstaculos que as cercam na existencia, ou concorrer alli para renderem graças ao Ente Supremo pelas felicidades que alcançaram e disfructam no mundo.

Todos os povos da terra recorreram á architectura civil para erguerem templos á Divindade, porque sómente esta arte possui os elementos necessarios para produzir na alma o culto devido á magestade suprema do Universo, ficando bem patenteado nas suas grandiosas fabricas e no symbolismo esculpido n'essas construcções.

Não é, pois, para estranhar, que em Portugal sejam esses edificios onde a architectura ostente a sua mais elevada significação, assignalando-a n'essas obras primorosas de sua arte, pois é n'esses trabalhos onde deveria brilhar com mais subida manifestação e esmerado merecimento.

* *

As cinco plantas representadas na photographia n.º 42 d'este *Boletim* fazem parte de uma obra

inedita que nós esperamos publicar, tendo por titulo: *Parallelo dos principaes edificios religiosos de Portugal*. O original d'estas cinco plantas (desenhadas em maior escala) figurava na exposição universal de Vienna de Austria em 1873, trabalho que mereceu um diploma de merito.

Sendo a igreja do extincto convento de Alcobaca a maior que se construiu no paiz, é a sua planta a primeira descripta, e mesmo para servir de comparação com as plantas das outras igrejas, a fim de se avaliar a relação que ha entre ellas, havendo sido todas desenhadas na mesma escala: pelo exame, pois, d'esta planta se conhece qual é a sua extraordinaria grandeza, em comparação com os outros edificios religiosos do reino, publicados n'esta estampa. Mas para facilitar essa apreciação, damos as dimensões das maiores e principaes igrejas de Portugal, a saber:

A igreja de Mafra tem de comprimento	63 ^m ,00
A igreja da Sé do Porto, idem.....	64 ^m ,70
A Sé de Lisboa, idem.....	65 ^m ,48
A Sé de Braga, idem.....	68 ^m ,00
A igreja do convento do Carmo em Lisboa	72 ^m ,5
A igreja de S. Vicente de Fóra.....	74 ^m ,00
A igreja de Santa Maria de Belem....	77 ^m ,00
A igreja da Batalha.....	79 ^m ,29

Emquanto á de Alcobaca, tem 106,^m38. Contam-se no corpo d'esta igreja duzentas columnas; além de cinco vastos claustros e a sua grandiosa sacristia que é por metade da igreja de Mafra. Este extraordinario templo levou setenta e quatro annos para se construir, e em 1223 foi habitado pelos monges da ordem de S. Bernardo, á qual se refere a estampa 29 do *Boletim*.

* *

A planta da igreja da Batalha tendo pouco menos de um terço da planta da igreja de Alcobaca, é pois a segunda que pela sua grandeza lhe deve ser comparada, posto que a sua architectura seja do mais apurado estylo gothico, e de execução muito esmerada; sendo este edificio religioso o mais perfeito d'este typo que possui Portugal, assim como não é inferior aos melhores construidos nos outros paizes, d'esta architectura.

O exame da sua planta mostra acertada disposição das naves estando bem calculada a largura d'ellas com a principal; não apparece aqui o desaccordo que se nota nas naves da igreja de Alcobaca, e que pela estreiteza das naves lateraes, em relação á nave principal, parecem ser dois corredores. O comprimento da capella-mór não é igual aos braços do cruzeiro, como se dispoz em Alcobaca, para não tirar a fórma da cruz represen-

tada na planta, conservando a sua verdadeira imitação: bem como as duas capellas lateraes estão dispostas em boas proporções para não destruir a importancia á capella-mór, concorrendo pois tudo para harmonisar na traça geral o effeito architectónico delineado pelo insigne architecto d'este magnifico edificio.

*
* *

Ainda que se julgue ser a construcção da sé de Braga a mais remota de Portugal, todavia a planta que existe é da era de 1112, tendo sido restaurada por el-rei D. Affonso Henriques em 1138; isto é, dez annos antes de se concluir a edificação do mosteiro de Alcobaça.

O comprimento d'esta cathedral é de 68 metros, sendo ella menor do que a igreja da Batalha 11^m, 29 e 38^m, 38 menos comprida do que a igreja de Alcobaça.

Compõe-se de tres naves, com cinco capellas, todas no extremo do templo, como se vê em todas as igrejas antigas; não só para o sacerdote, quando officia, estar com o rosto para o Oriente, como tambem os fieis ouvirem a missa todos voltados para o mesmo ponto; sendo bastante inconveniente haver altares no corpo da igreja, não só porque não conservam a origem mystica do culto, como porque é grave inconveniente, na occasião de se dizer mais de uma missa ao mesmo tempo, ficarem as pessoas com as costas voltadas para os altares onde se officia!

Tem um portico que dá ingresso á igreja, na qual ha uma só porta principal, ainda como tradição de haver uma unica entrada nas antigas basilicas.

Doze pilares com quarenta e oito columnas envolvidas n'elles sustentam as abobadas, as quaes foram as primeiras construidas no paiz pelo seu systema.

A capella-mór soffreu notavel alteração em 1505. As torres, postoque reedificadas no seculo VI, todavia foram concluidas no anno de 1724.

Pela sua remota antiguidade pois foi alli que o apostolo S. Thiago prégou o Evangelho, disputa á cidade de Toledo a primazia da séde archiepiscopal das Hespanhas.

*
* *

A fundação da Sé do Porto é de grande antiguidade, visto ter sido a séde episcopal d'esta cidade no seculo V, mas foi totalmente destruida esta cathedral no tempo dos mouros; sendo depois reconstruida pela mão do primeiro rei de Portugal: porém tem tido em diversas epochas consideraveis alterações, conservando da sua mais remota edificação sómente as suas duas torres.

Em 1602 construíram toda de novo a capella-mór, afim de lhe dar as dimensões necessarias para

as solemnes ceremonias religiosas; ficando concluida sómente em 1717.

A grandeza d'esta igreja é pouco mais da metade da de Alcobaça; tem tres naves, sendo a do centro bem espaçosa e dez pilares com quarenta columnas sustentam as abobadas. O claustro no estylo gothico é da era de 1358 e 340 columnas sustentam as arcarias. A fórma da cruz está bem indicada n'esta planta.

Não devo omitir de haver no palacio episcopal, que fica annexo á sé, a sua escada principal de grandioso aspecto e bem delineada, não havendo outra no nosso paiz que lhe possa ser comparada pela sua magestosa construcção.

* *

A sé de Lisboa é da fundação da monarchia, porque nas cantarias da sua edificação lá se vêem os signaes gravados nas pedras, como apparecem em todas as outras construcções mandadas fazer pelo rei D. Affonso Henriques. Era este templo, na sua primitiva, de magestosa apparencia, pois tinha cinco naves, sendo o unico em Portugal com essa disposição; além d'isso era ornado por uma cupula que o terremoto de 1755 destruiu.

O comprimento da igreja até ao fundo da capella mór é da mesma grandeza do que a planta da sé de Braga com insignificante augmento; é tambem egual ao comprimento do cruzeiro de Alcobaça.

Doze pilares com cento e setenta e quatro columnas enfeixadas sustentam as abobadas.

Tendo sido destruida a capella-mór pelo terremoto de 1344, foi depois reconstruida, assim como a charola e as capellas que a circumdam.

Deram á capella-mór a grandeza necessaria para o cabido poder funcionar nos dias mais festivos da religião.

A fórma dada ao extremo da charola, era como se fosse o resplendor que corôa a cruz representada na planta, e as capellas figuram os raios d'elle. Tambem servia para se fazer dentro do templo as procissões, passando primeiro pelas naves lateraes, dando voltapor detraz da capella-mór, finalizando este acto religioso por percorrerem a nave do centro até ao arco triumphal que dá entrada para a capella-mór; o que está ainda em pratica fazer-se dentro das igrejas de Roma; pois rariissimas vezes saem á rua.

Duas pesadissimas torres flanqueam a entrada da fachada principal, havendo uma varanda com um vulgar engradamento com duas janellas de sacada (obra moderna) de forma muito pouca adequada para um monumento edificado ha sete seculos! A respeito d'esta ridicula varanda, devo referir um protesto publico que um archeologo inglez fez em frente do edificio da sé. Sendo alli conduzido pelo marquez

de Rezende, camarista da viuva do duque de Bragança, para que visse aquella antiga igreja; assim que chegaram em frente, e que o archeologo deu com os olhos na varanda e nas janellinhas, não quiz vêr o templo por modo algum, por mais que insistisse o marquez; pois foi tal o nójo que lhe causou aquelle estúpido enxerto, que o homem da sciencia se desesperou de haverem desfigurado aquelle venerando monumento, renunciando a examinal-o no interior. O que elle pensaria do ensino archeologico do nosso paiz!

*
* *

Pode-se pois julgar, pelas plantas da presente estampa, qual o superior talento com que os nossos antigos confrades delinearão essas magnificas egrejas do nosso paiz; não sómente para ellas servirem com realce ao culto, como representar egualmente a architectura no seu mais subido grau os preceitos estheticos, dando-lhe o caracter do typo religioso do culto christão, afim de infundir na alma a veneração que esses recintos devem causar, e que é dado unicamente á architectura civil produzir, admirando-se-lhe as suas sublimes obras.

J. P. N. DA SILVA.

HISTORIA DA ARCHITECTURA

Desejando dar mais conhecimento do drama historico que foi offerecido pelo nosso digno consocio o sr. Augusto Eugenio de Freitas Cavalleiro e Sousa, a esta Real Associação; no qual figura em primeira plana o habil architecto portuguez Affonso Dominiques, que construiu a celebre aboboda da casa do Capitulo do convento da Batalha; publicamos agora algumas scenas d'esta composição dramatica, que descreve com bastante energia o caracter do artista ferido no seu melindre architectonico, fazendo egualmente realçar o seu acrisolado patriotismo e a generosidade de sua alma.

J. DA SILVA.

ACTO IV

QUADRA ESPAÇOSA NOS APOSENTOS REAES DA BATALHA.
UMA JANELLA RASGADA DEIXA VER PARTE DA CRASTA.
É DE MANHÃ.

SCENA II

Dois cavalleiros, D. João I, D. Nuno Alvares Pereira, João das Regras, Fr. Lourenço, Alvaro, e Pagens

D. JOÃO (Entrando, para Fr. Lourenço que o segue). — Impossivel me parece isso que acabaes de dizer; porque natural desejo é de todos alcançarem repouso

e pão na velhice, e não vejo razão para m.^o Affonso se doer da mercê que lhe fiz.

FR. LOURENÇO. — Pois a conversação, que vos relatei, tive-a eu com elle antes de vossa mercê chegar.

D. JOÃO. — E como vae David Ouguet? (Senta-se.)

FR. LOURENÇO. — Com grande melhoria. Dormiu um grande pedaço e acordou depois em seu perfeito juizo: contou-me, que entrando na casa do Capitulo, e affirmando a vista na aboboda, conheceu que tinha gemido, e estava a ponto de desabar; que sentira apertar-se-lhe o coração; e que, com a sua afflicção, correrá pela Crasta fóra como doido; que por deante dos olhos lhe começaram a passar relampagos vermelhos; mas que depois perdera o tino. E de nada mais se lembra.

JOÃO DAS REGRAS (Malicioso). — Nem dos exorcismos?

FR. LOURENÇO (Picado). — A vossa jogralidade não vem a proposito. Se affirmei que estava possesso, tinha para isso boas razões. (Disfarça, e vae observar os desenhos que estão sobre a meza.)

SCENA III

Os mesmos, e Fr. Joanne

D. JOÃO (Para Fr. Joanne, que entra com gesto amavel, como querendo dirigir-se a el-rei). — A proposito vindes; já mandar-vos chamar.

FR. JOANNE (A'parte). — Ha de ser para me fallar no Auto... (Alto). Magnanimo principe a quem a patria...

D. JOÃO (Interrompendo-o.). — Estivestes hontem com m.^o Affonso, como vos pedi?

FR. JOANNE (A'parte, despeitado.). — Ora esta!... (Alto). Real senhor, estive. Se vos não dei logo a resposta foi porque só vos tenho visto entretido a olhar para as ruínas... (A'parte.) Toma!

D. JOÃO. — E que disse? (Observa os desenhos.)

FR. JOANNE. — Que viria receber as vossas reaes determinações.

D. JOÃO. — Muito tarda! (Para Alvaro.) Alvaro Vaz d'Almada, ide á morada de m.^o Affonso, e dizei-lhe que o aguardo. Conduzi-o até aqui; fazei isso com tento, lembrando-vos que é um antigo cavalleiro, que militou com vosso mui esforçado pae. (Alvaro sae com vénia.)

SCENA IV

FR. LOURENÇO. — Estou em que não terá vindo por lhe parecer cedo...

D. JOÃO (Continuando a examinar os desenhos.). — É, na verdade, sensível a alteração. Vêde, chancellor.

JOÃO DAS REGRAS. — Vossa mercê me perdoe; mas d'isso nada entendo.

D. JOÃO. — Ah! sim... Esquecia-me de que só entendeis do Codigo Justiniano e seus commenta-

dores Bartholo e Acurcio. (Indicando.) Mas está mui claro isto.

Ha pouco me dissestes, que talvez m.^o Affonso se enganasse em suppor que era possivel fazer uma aboboda tão pouco erguida, como a que elle traçou para o Capitulo?

JOÃO DAS REGRAS. — Assim foi, senhor. . .

D. JOÃO. — Não creio eu que tão entendido mestre se enganasse, mais inclinado estou a persuadir-me de que o lastimoso successo procedesse de grave falta commettida por m.^o David Ouguet n'esta edificação; e foi a de não seguir de todo o ponto o desenho de m.^o Affonso.

JOÃO DAS REGRAS. — E se a execução de sua traça fosse impossivel?

D. JOÃO. — Impossivel! E não contava elle levar-a a effeito, se Deus o não tolhesse dos olhos?

FR. LOURENÇO. — É d'isso que mais se doe m.^o Affonso. A sua grande cancelleira é que ninguem saberá continuar a edificação do mosteiro; porque ninguem é capaz de entender o pensamento que o dirigiu na concepção d'elle.

D. JOÃO. — E rasão lhe acho n'isso que diz. Convem ouvir-o sobre o caso. Que me dizeis, condestavel?

D. NUNO. — Eu, senhor, n'estas cousas, julgo-me tão ignorante como o illustre doutor; entendo mais de assaltos, e de guerras, e de investiduras; mas direi, que se o meu velho companheiro d'armas afiança que com seu desenho se construa segura e firme a aboboda do Capitulo, é porque assim succederia. Conheço-o, e respondo por elle como por mim proprio!

D. JOÃO. — É essa a minha opinião tambem, condestavel; e folgo de vos ouvir fallar com essa franqueza, que sempre vos distinguui.

É o chanceller mais politico; mas ambos sois o esteio do throno que me deu o bom povo portuguez. (Os dois comprimentam-no.)

Ouviremos m.^o Affonso quando chegar.

SCENA V

Os mesmos, m.^o Affonso, e Alvaro

ALVARO (Entrando, para D. João referindo-se a m.^o Affonso.)

— Preste a vir o encontrei já, real senhor.

M.^o AFFONSO (Para Alvaro, a quem dá o braço.) — D. donzel, onde é que está el-rei? (Commovido.)

D. JOÃO (Indo-lhe ao encontro.) — Agora nenhum rei está aqui, e sim o mestre de Aviz, vosso antigo camarada e amigo.

M.^o AFFONSO. — Beijo-vos a mão, senhor rei, por vos lembrardes de um velho homem d'armas, que para nada presta hoje. Vêde o que de mim mandaes, porque de vossa ordem é que aqui vim.

D. JOÃO. — Queria ver-vos e fallar-vos, que do

coração vos estimo, honrado e sabedor architecto do mosteiro de Santa Maria.

M.^o AFFONSO (Magoado.) — Architecto do mosteiro de Santa Maria já o não sou; vossa mercê me tirou esse cargo: sabedor nunca o fui; pelo menos muitos assim o creem, e alguns o dizem: dos titulos que me dáes, só me cabe hoje o de honrado; que esse, na mercê de Deus, é meu, (Vehemente) e fôra infamia roubar-o a quem já não pôde pegar em um montante para defendel-o!

D. JOÃO. — Sei, meu bom cavalleiro, que estaes mui turvado comigo por dar a outrem vosso cargo; n'isso cria eu fazer-vos mercê. Mas venhamos ao ponto: sabeis que a aboboda do Capitulo desabou?

M.^o AFFONSO. — Sabia-o, senhor, antes do caso succeder.

D. JOÃO. — Como é isso possivel?

M.^o AFFONSO. — Todos os dias perguntava a alguns d'esses portuguezes, que ahi restam, como ia a feitura da casa capitular: por elles soube que a traça primitiva fôra alterada; prophetisei-lhes então o que havia de acontecer. (Sorrindo com amargura.) E muito fez já o meu successor em por tal arte lhe pôr o remate, que não desabasse antes de vinte e quatro horas.

D. JOÃO (Vivamente) — E tinheis vós por certo que, se a vossa traça se houvesse seguido, essa desmesurada abóboda não viria a terra?

M.^o AFFONSO. — Se estes olhos não tivessem feito com que eu fosse posto de parte como coisa inutil, a pedra do fecho d'essa aboboda não teria de vir esmigalhar-se no pavimento, antes de sobre ella passarem muitos séculos!

D. JOÃO. — Pois se ousaes levar a cabo vosso desenho, e eu ordeno que o façaes, desde já vos nomeio novamente mestre das obras do mosteiro.

M.^o AFFONSO (Com firmeza e dignidade.) — Senhor rei! Vós tendes um sceptro e uma espada; tendes cavalleiros e bésteiros, tendes ouro e poder; Portugal é vosso e tudo quanto elle contém, salvo a liberdade de vossos vassallos; n'esta nada mandaes. Não! vos digo eu, não serei quem torne a erguer essa derrocada aboboda! Os vossos conselheiros julgaram me incapaz d'isso; agora elles que a levantem.

D. JOÃO (Despeitado.) — Lembrae-vos, cavalleiro, que fallaes com D. João I.

M.^o AFFONSO. — Cujá corôa lhe foi posta na cabeça por lanças, entre as quaes reluzia o ferro da que eu brandia; e D. João I é assaz nobre e generoso para não se esquecer de que n'essas lanças estava escripto: «Os vassallos portuguezes são livres.» (Pausa.)

D. JOÃO (Com magnanimidade.) — Vamos, bom cavalleiro, não haja entre nós doestos. O architecto do mosteiro de Santa Maria vale bem o seu fundador. Eu tornei celebre o meu nome — a consciencia m'ô

diz, — entre os principes do mundo ; ella vos dirá tambem que a vossa fama será perpetua. Rei dos cavalleiros, dos cavalleiros portuguezes ; fostes um d'elles.

M.^o AFFONSO. — Servi como pude a patria, senhor, e d'isso me ufano.

D. JOÃO. — E negar-vos-heis então a proseguir a edificação d'esta memoria, que ha de recordar aos vindouros a historia dos nossos feitos ? Escutae as cinzas de tantos valentes, que vos accusam de traidor á boa e antiga amisade. Vem de todos os valles e montanhas de Portugal o soido d'esse queixume ; porque, nas luctas da liberdade, por toda a parte se verteu sangue, e foram semeados cada-veres.

M.^o AFFONSO. — Mas . . .

D. JOÃO. — Eia pois. Se não perdoaes a D. João i uma supposta affronta, perdoae ao mestre d'Aviz, que, em nome da gente portugueza, vos cita para o tribunal da posteridade, se recusaes consagrar outra vez á patria vosso maravilhoso engenho, e vos abraça como antigo irmão por fraternidade de combates. (Abraça-o.)

M.^o AFFONSO (Que tem dado visiveis signaes de commoção, depois de curta hesitação). — Vencestes, senhor rei, vencestes ! A aboboda da casa capitular não ficará por terra !

Oh ! meu mosteiro da Batalha, sonho de quinze annos de vida ; a mais formosa das tuas imagens será realisada !

(Para D. João). Senhor ! as nossas almas se entendem. Que me restituam meus officiaes e obreiros portuguezes, que portuguez sou, e portugueza a minha obra. De hoje a quatro mezes podeis voltar aqui, e, ou eu morrerei, ou a aboboda do Capitulo estará firme, como é firme a minha crença na immortalidade e na gloria ! (Beija-lhe a mão.)

D. JOÃO (A fr. Lourenço). — Reverendo prior, entendei que, d'ora ávante, Affonso Domingues torna a ser mestre das obras do mosteiro. Vou ordenar que seus antigos officiaes regressem. (Para m.^o Affonso.) Um já vós cá tendes.

A proposito : contaram-me de certos amores d'elle com ? . . . (Como interrogando fr. Lourenço.)

FR. LOURENÇO. — Anna Margarida, senhor ; a filha da tua Brites d'Almeida, e Vasques, amam-se.

D. JOÃO (Surprezo). — Pois essa donzella . . . (Risonho para m.^o Affonso.) M.^o Affonso Domingues, nomeio-vos meu embaixador para alcançardes licença para ser eu o padrinho do casamento.

M.^o AFFONSO (Reconhecido). — Pois quereis ? . . .

D. JOÃO. — Quero que a filha da heroica padeira d'Aljubarrota e do architecto da Batalha seja afilhada do rei de Portugal.

M.^o AFFONSO. — Como os pobres moços ficarão contentes !

D. JOÃO. — Dizia meu pae, o sr. D. Pedro i de gloriosa memoria, que um rei que passava um dia sem fazer algum bem, era indigno de reinar. Eu, hoje julgo-me verdadeiramente digno do titulo de rei. Ide repousar, m.^o Affonso, que bem o haveis mister. (Para Alvaro.) Vós, acompanhae este digno ancião á sua pousada.

D. NUNO. — E se vossa mercê e elle m'o permittem, acompanhal-o-hei tambem.

M.^o AFFONSO (Affirmando-se.) Esta falla . . .

D. NUNO (Apertando-lhe a mão.) É d'um vosso antigo camarada e amigo : Nun'Alvares Pereira.

M.^o AFFONSO (Risonho). — Vós ? ! Ha que tempo não vos . . . via, ia para dizer . . . Vinde, que n'isso me daes gosto (Para D. João), Adeus, senhor ! vós me restituís uma vida cheia de felicidade ; a satisfação foi além da injuria. (Sae com D. Nuno e Alvaro.)

SCENA VI

Os mesmos, menos M.^o Affonso, D. Nuno e Alvaro

D. JOÃO. — Tenho quatro mezes . . . Volto amanhã para Santarem, e d'ali irei assentar arraial em Tancos, d'ali ao Crato a esperar as forças do condestavel, para juntos darmos sobre Alcantara. Que vos parece, chancellor ?

JOÃO DAS REGRAS (Critico). — Se é plano assentado do condestavel, desde já vos agouro bom resultado.

D. JOÃO (Grave). — Com que tom me dizeis isso ! Ora vamos ; deixae lá o condestavel ; não perdeis occasião de lhe pordes pecha. Pois bem tenho querido fazer-vos amigos ! Esta nobreza feudal, de quem D. Nuno é o mais auctorizado chefe, mata-vos.

JOÃO DAS REGRAS. — Mata, e á nação.

D. JOÃO. — Paciencia ; mais tarde lhe cercearemos as garras. Por agora lembrae-vos, a proposito do texto ácerca da vontade dos principes, que tanta vez invocaes, vós, defensor da suprema auctoridade, que o Digesto tambem vale para os que o estudam. Sabeis de direitos e de tudo quanto respeita á paz e socego do reino ; agora de cousas que respeitam á guerra, d'isso entende elle mais a dormir que vós acordado. Deixae pois o condestavel ; é meu amigo, e uma boa espada, e a espada sustenta a lei.

Voltaes para Lisboa ?

JOÃO DAS REGRAS. — Se vossa mercê m'o permite . . .

D. JOÃO. — A vossa missão era nas Côrtes de Guimarães, onde ha pouco estivemos, e não em Santarem . . . Ide pois ver vossa joven esposa, e levareis cartas minhas á rainha. (Sae seguido pelos pagenes, por fr. Lourenço e fr. Joanne, ficando estes á porta ; afinal sae fr. Joanne tambem, e os cavalleiros, para os quaes olha com má vontade.)

SECÇÃO DE ARCHEOLOGIA

O livro do sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva — *Noções elementares de Archeologia* — avaliado lá fóra.

No Boletim da «Société Académique Hispano — Portugaise de Toulouse» foi inserta uma noticia, dada pelo sr. Emilio Travers, summamente lisongeira para o illustre auctor das «Noções elementares de archeologia.»

O sr. Travers começa por observar que ninguem estava tão habilitado como o sr. Possidonio, eminente amigo do sr. de Caumont, para compor o excellente Manual, attenta a longa série de escriptos que tem publicado, e o grande serviço que prestou á architectura e á archeologia, fundando e dirigindo o importante Museu do Carmo, e creando a Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes.

Occupa-se o sr. Travers primeiramente com a *Introdução*, que vem á frente das *Noções*, primorosamente escripta pelo sr. Vilhena Barbosa, socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa. O erudito Academico apresenta um resumo interessante da historia das investigações archeologicas e do seu desenvolvimento na Europa.

O notavel trabalho do sr. Vilhena Barbosa é acompanhado, passo e passo, pelo sr. Travers; afirmando por fim ter a *Introdução* um estylo rapido e elegante, abundar em factos judiciosamente escolhidos, e apresentar uma boa preparação para o estudo das *Noções Elementares*.

Entrando no exame do bello livro do sr. Possidonio, observa o sr. Travers, que esse escripto é uma traducção e resumo do *Abecedario* ou *Rudimentos de Archeologia* do sr. de Caumont; mas acrescenta logo, — resumo feito com o maior apuro, não se omitindo cousa alguma de verdadeiro interesse, dando-se clareza e precisão ás definições, e empregando-se todo o escrupulo na escolha dos exemplos.

O sr. Travers dá a palavra ao sr. Possidonio, para explicar o pensamento que o guiou na composição das suas *Noções*, e expor o ordenado plano que traçou.

Offerece depois uma enumeração dos monumentos e antiguidades de Portugal, que o sr. Possidonio especifica na sua obra. N'este particular, não necessitamos de transcrever as noticias que o sr. Travers nos dá, visto não serem mais do que um substancial resumo do texto do auctor.

O juizo que o sr. Travers fórma da importancia da obra, no tocante aos esclarecimentos que apresenta, vem a ser:

«São bastantes estes extractos para mostrar o alto valor d'esses esclarecimentos, especialmente relativos a Portugal. Habilitados ficam os archeologos nacionaes para comparar, proveitosamente, os monumentos que teem á vista, — e por outro lado, os sabios da Europa encontram n'este Livro preciosas noções da archeologia Lusitana.»

Sómente está o sr. Travers em discordancia com o sr. Possidonio, na parte em que este, seguindo a opinião do sr. de Caumont, e de outros archeologos de merecimento, emprega a expressão — *ogival* — para designar a architectura que se seguiu á architectura romana. Descendo, a este respeito, a considerações philologicas e outras muito desenvolvidas e eruditas, sobre a significação que diversamente se tem dado á palavra — *ogiva*, — o sr. Travers opina que a expressão — *architectura ogival* — é defeituosa, applicada aos diferentes estylos da architectura da idade media, e que parece preferivel a expressão — *architectura gothica*, — a despeito das serias criticas de que póde ser objecto.

O sr. Travers, rematando a sua *Noticia*, qualifica o livro do sr. Possidonio de um modo muito lisongeiro, considerando-o como um dos mais bem feitos e uteis. Pretendeu o auctor das *Noções* formar archeologos, e prover á conservação dos monumentos que foram testemunhas do glorioso passado do seu paiz. Á similhaça do que succedeu ao sr. de Caumont, o sr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva *ha de vêr coroada com um brilhante resultado a sua perseverante iniciativa*: assim conclue o sr. Travers.

J. SILVE-TRE RIBEIRO.

CHRONICA DA NOSSA ASSOCIAÇÃO

A Irmandade da igreja de S. Pedro de Guimarães enviou á nossa associação o projecto de reedificação d'aquelle edificio religioso, afim de ouvir a nossa opinião ácerca do merito artistico do mesmo projecto aproveitando-se parte da primitiva construc-

ção. O respectivo parecer da secção de architectura, redigido pelo nosso respeitavel e illustrado consocio o sr. conselheiro João Maria Feijó, foi já presente á assembléa geral.

M. R. H. Soden Smith, membro da sociedade dos Antiquarios de Londres e professor do Instituto Real da archeologia, visitou o nosso Museu no mez de

maio, examinando tudo, e indagando do nosso presidente a procedencia dos objectos expostos nas colleções do Museu: porém o que mais chamou a sua attenção foi a vitrine em que se acham os machados de bronze descobertos no nosso paiz, causando-lhe admiração não só pelas suas grandes dimensões como por terem *duas azas*, a ponto de pedir licença para tirar copia d'elles, mas o sr. Posidonio da Silva evitou-lhe esse incommodo, offerecendo-lhe uma estampa onde estão desenhados na sua propria grandeza, assim como outros descobertos em diferentes paizes, para se poder comparar e avaliar-se a industria peninsular d'estes instrumentos prehistoricos achados em Portugal. O distincto archeologo inglez ficou muito penhorado e agradeceu a estampa que recebeu como um specimen notavel do nosso Museu.

A sociedade central dos architectos de Paris offereceu á nossa Associação as memorias do congresso internacional dos architectos reunidos em Paris no palacio do Trocadero em 1878. No numero das communicações que foram apresentadas, está tambem uma do nosso confrade e collega o sr. J. P. N. da Silva, sobre a architectura em Portugal.

O nosso digno socio correspondente da Belgica M.

S. Bormans, socio do instituto archeologico de Liège e auctor do relatorio das excavações executadas em Juslenville, e que representou aquelle instituto no congresso d'anthropologia e archeologia prehistoricas em Lisboa no anno findo, foi tambem agraciado com a commenda da ordem de Christo; mercê bem cabida pelo seu distincto saber e trabalhos archeologicos.

Foi offerecido ao nosso presidente um objecto prehistorico de muito valor scientifico: um machado da epocha neolithica encontrado na America do Sul na região que foi habitada pelos Indios Mennanos; o qual pelas suas extraordinarias dimensões e feitio é de muito interesse para o estudo archeologico alem de ser o unico que ha no nosso paiz d'aquella região e forma. E' mais um precioso objecto que veio enriquecer as nossas colleções prehistoricas.

O nosso dedicado socio honorario, o sr. conde de Marsy, acaba de nos enviar desenhos de cabeças antigas de bronze descobertas ultimamente em Croix-St.-Ouen (Oise) que fazem parte do Museu da sociedade historica de Compiègne, sendo uma das cabeças de tamanho natural, e as outras de menores dimensões. Foi descoberta importante; e estamos bastante gratos pela offerta d'este nosso illustre socio.

NOTICIARIO

Lê-se no *Commercio do Porto* de 22 de maio:

«Vae proximaemente abrir-se em Londres, no South Kensington, uma exposição de arte retrospectiva hespanhola e portugueza para que o governo do nosso paiz foi convidado e a que não podia deixar de concorrer, sendo tão opulentos e tão primorosos os productos de concepção artistica que nos restam de diversas epochas da nossa vida social.

Pessoas illustradas foram encarregadas da colleccionação dos objectos artisticos que são dignos de ser apresentados aos olhos dos povos cultos, acostumados sobejamente a contemplar verdadeiras maravilhas da concepção e execução artistica. No Porto, Braga e Guimarães foi o nosso estimado e erudito collaborador o sr. Ignacio de Vilhena Barbosa, quem tomou a seu cargo a investigação dos objectos de arte antiga portugueza que mais nos possam illustrar em Londres, e que no paiz são menos conhecidos e menos devidamente apreciados, visto permanecerem ou nos thesouros de corporações religiosas ou nos dominios de particulares.

A tarefa era sobremaneira laboriosa, porque, á escolha escriptulosa e investigadora, se juntava a natural repugnancia de levar ao alcance de um publico extranho objectos que avultam pelo seu valor intrinseco e artistico; essas difficuldades foram, porém, briosamente vencidas pelo sr. Vilhena Barbosa, que, como se verá pelas informações que abaixo publicamos, colheu um avultado numero de objectos ricos e distinctos pelo seu preço artistico.

Essa colleção representativa de periodos diversos da nossa cultura artistica, encerra objectos verdadeiramente surprehendentes pela sua riqueza, e pela execução e engenho dos seus aprimorados labores; é verdadeiramente digna de ser apresen-

tada em uma nação onde a civilização tem attingido um desenvolvimento grandioso.

Esses productos artisticos, reunidos ás preciosas colleções de que é possuidora a região do sul do paiz, e especialmente Lisboa, far-nos-hão tomar uma attitude verdadeiramente lisongeira e digna ao lado de Hespanha, no proveitoso certamen londrino, que veio arrancar á obscuridade muitas das nossas nobresas no campo artistico.

Para se fazer a apreciação dos serviços desenvolvidos pelo sr. Vilhena Barbosa e para se poder avaliar qual o valor dos multiplices thesouros que encerra o norte do paiz, passamos a indicar os diversos objectos que d'aquí foram expedidos para Lisboa, e bem assim os nomes dos seus respectivos possuidores.

Estamos certos que, se o sr. Vilhena Barbosa dispensasse de mais tempo para a investigação de outros productos da arte antiga portugueza, teria occasião de proporcionar ao exame dos estrangeiros productos valiosissimos; o tempo, porém, já não sobeja, e o que foi colleccionado é testemunho sufficiente da nossa grandeza artistica.

Eis a lista dos objectos que de Guimarães, Braga e Porto são enviados a Londres:

Collegada de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães

1—Um calix de prata dourada, com os quatro evangelistas em pequenas medalhas esmaltadas; no pé, que é de grande ambito, o esmalte está muito imperfeito. E' attribuido a S. Torquato, que foi martyrisado no anno de 714 pelos arabes na sua invasão na Lusitania.

2—Calix de prata dourada, no estylo gothico do principio do seculo XVI, feito em Guimarães.

3—Grande cruz processional, de prata branca, no estylo gothico, tendo na base varios quadros de

baixo relevo representando os principaes Passos da vida de Christo. Terá de altura, cruz e base, metro e meio. E' feita em Guimarães por 1531 ou 1532.

4—Custodia de prata dourada, no estylo gothico, da mesma epocha, ornada com cinco campainhas, faltando-lhe uma para as seis que devia ter. Tem a data de 1534; foi cinzelada em Guimarães.

5—Cofre grande de madeira, forrado exteriormente de folha de prata dourada com obra de folhagens e fructos, destinado para encerramento do Santissimo em quinta-feira de Endoenças.

Sr. João de Castro Sampaio, director do Banco de Guimarães

6—Uma salva grande de prata branca, tendo no centro um quadro representando a fugida de Nossa Senhora para o Egypto, em meio relevo; em torno ha ornamentação de folhagens, flores e arabescos, tomando todo o resto da salva.

Sé de Braga

7—Calix muito pequeno, de prata branca, com labores de silvados levemente esculpidos. Pertenceu a S. Geraldo, arcebispo de Braga, que baptizou D. Affonso Henriques, nosso primeiro rei.

8—Calix grande de prata dourada, no estylo gothico, ornado com seis campainhas. Tem a data de 1509. Foi mandado fazer e doado á Sé Bracarense pelo arcebispo D. Diogo de Souza.

9—Uma casula de um paramento de pontifical bordado a ouro, de mui alto relevo. As flores tinham no centro pedras preciosas e grandes contas de coral; das primeiras restam os engastes, as segundas existem pela maior parte. Este paramento dizem que fôra doado á Sé por el-rei D. Manoel; e não se pôde duvidar da sua muita antiguidade.

10—O frontal, com sua sanefa, pertencente ao mesmo paramento e bordado e guarnecido no mesmo theor.

11—Uma casula de lhama de prata, bordada a ouro no seculo passado pelas orphãs do recolhimento de S. Caetano em Braga, vulgarmente denominado da Tamanca. Faz parte de um paramento de pontifical.

Paço archiepiscopal

12—Um quadro em marfim, feito da metade inferior de um grande dente de elephante. Terá uns 40 centímetros de altura por 25 de largura. Representa em alto relevo os principaes Passos da Paixão de Christo. Foi esculpido em Pangim, parece que na ultima metade do seculo passado.

Sr.^a condessa de Bretiandos

13—Um centro de mesa, de prata branca, com um grupo composto de Hercules decepando as cabeças da hydra da Lerna. Tem de altura uns 80 centímetros.

14—Um perfumador de prata branca, representando um grypho, cabeça meia de gallo, meia de dragão, cauda de dragão e o resto do corpo de ave, com azas moveis. Sobre o dorso uma grande abertura, com tampa lavrada e arrendada, e sobre esta uma grande argola com varios labores. Tem o tamanho de um grande perú.

15—Um perfumador pequeno, em fôrma de coração, com a tampa de flores e folhagens, com as aberturas necessarias para sahir o fumo e um cabo de madeira torneada. E' de prata branca.

16—Uma salva de prata branca, de mediana grandeza, tendo no centro um quadro em meio relevo

representando o mar com um galeão á véla do principio do seculo XVII, e em volta ornamentação variada. Esta bandeja pertence á sr.^a D. Thereza de Bretiandos.

17—Outra salva, de igual tamanho, e do mesmo metal, com labores de fructos e folhagens e no centro um quadro representando um coração com azas e por cima uma corôa real.

18—Uma bandeja pequena, de prata branca, oblonga e de quatro cantos, toda lavrada com folhagens e flores.

19—Uma grande bacia de barba, de uns 60 centímetros de comprimento, borda mui larga e n'ella uma cercadura de parras, uvas e outros fructos, em relevo um pouco alto, tambem de prata branca.

20—Um jarro pequeno de prata branca, com diversidades de labores.

21—Outro jarro pequeno de prata branca, com labores de prata dourada.

Sé do Porto

22—Uma custodia de prata dourada, no estylo gothico; tem na base o brasão de armas do bispo do Porto D. Diogo de Souza, que foi transferido para a Sé primacial de Braga, cuja capella mór reconstruiu nos principios do seculo XVI. Esta custodia seria feita por 1490 e tantos.

23—Um relicario de prata dourada, pequeno, no estylo gothico, com uma reliquia do Santo Lenho. Pertenceu ao extincto convento das religiosas de Monchique.

24—Porta de um sacrario, de madeira, revestida de um e outro lado de uma grossa chapa de prata lavrada; na frente tem um quadro com uma figura grande do Bom Pastor, de uns 22 centímetros em relevo alto; em torno do quadro ornamentação de diferentes labores. Na parte posterior a ornamentação é de folhagens e fructos em meio relevo. Esta porta e as paredes que compoem o sacrario pertenceram ao mesmo extincto convento, e pertencem agora ao thesouro da sé portuense.

25—Um calix de prata branca, guarnecido de esculpturas de prata dourada.

26—Um cofre grande de prata branca, todo guarnecido de labores em relevo e bem cinzelados, obra do meiado do seculo passado, destinado ao encerramento do Santissimo na quinta-feira Maior.

27—Um missal com encadernação de prata branca, tendo nos angulos e no centro das capas diversos labores, com a imagem de Nossa Senhora.

28—A estante do mesmo missal, de madeira, forrada de velludo carmezim e este todo coberto de folha de prata grossa lavrada de flores e arrendada. Este missal e estante pertenceram do extincto mosteiro de Santa Cruz de Coimbra.

29—Uma casula, pertencente a um paramento de pontifical, de *tissu* bordado a ouro, obra do seculo XVII.

30—Uma capa de arperges de gorgorão carmezim bordado a ouro e que faz parte de um paramento de pontifical, que costuma servir na festa de S. Pedro, e pertencente ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. O bordado é rico, primoroso e originalissimo. Diz uma tradição que fôra bordado por um conego regente do mesmo mosteiro. Parece obra dos fins do seculo XVII ou principios do XVIII. Acha-se no melhor estado de conservação.

Paço Episcopal do Porto

31—Custodia grande de prata dourada, adornada

com grande quantidade de esmeraldas, rubis, jacinthos, amethystas, e muita copia de pedras, que parecem ser pingos de agua. Tambem a ornamentam quatro columnas de crystal, gnrnecidas de uma como rêde, tendo, nos remates de duas das columnas, rubis, e nos das outras duas esmeraldas. Na base tem quatro quadros de baixo e quatro estatuas de vulto inteiro nos angulos. O quadro da frente é uma pequena copia da ceia, de Leonardo de Vinci, e as estatuas dos lados dous anjos com thuribulos, na acção de incensar. O quadro do lado opposto representa o milagre da multiplicação dos pães e dos peixes; as estatuas que avultam nos dous angulos symbolisam a Esperança e a Caridade. Por baixo da pyxide estão cinzelados em prata dourada, sobre fundo de agatha, o cordeiro, a arca santa e outros symbolos sagrados. Em outro lugar mais inferior a este estão symbolisados os quatro evangelistas: S. João pela aguia, S. Marcos pelo leão, S. Matheus pelo menino, S. Lucas pelo boi, todos esculpidos em prata. Coroa a custodia uma cruz formada por grandes amethystas e servem-lhe de base nos angulos quatro leões. Esta custodia é denominada «do Seminario»; foi feita no Porto em 1780 e tantos por um ourives, irmão de outro chamado João Francos, ambos ha muito falecidos. Pertence á mitra.

32 — Uma casula, estola, manipulo, véu de calix e bolsa dos corporaes, de *tissu* de ouro, bordado a ouro, seda frouxa e contas de coral; sendo de ouro os troncos, de seda frouxa as folhas, e de coral as grandes flores. Este bordado é unico em Portugal. E' um paramento dos bispos do Porto para missa resada na sua capella particular. Guarda-se no Paço, na sacristia da mesma capella.

Santa Casa da Misericórdia

33 — Um calix grande, de prata dourada, no estylo gothico, do começo do seculo XVI, todo coberto de ornamentação opulentissima, tendo na base imagens dos apostolos em meio relevo, alternadas com flôres de prata branca. O restante do calix é crnamentado com muita diversidade de labores de imagens, em meio relevo, e de outras de vulto inteiro, em nichos coroados de baldaquinos arrendados. Este calix tem duas patenas: uma, maior, com um pequeno quadro esmaltado no centro e em volta inscrições gravadas em latim, uma das quaes diz «Dona Melicia de Mello, abadessa eleita, mandou fazer este calix, em louvor de Deus.» A outra patena, que apenas toma a bocca do calix, é toda occupada com um quadro, de meio relevo, representando uma scena da idade média, em que figuram um soberano, com uma dama ao lado, sentados á meza e debaixo de docel: a meza coberta de pratos, de iguarias e calices: a um dos lados da meza uma figura de homem em pé; do outro lado um pagem, com um objecto de serviço na mão; adiante da meza, em pé, e em acção de se retirar, uma dama nobre, bem trajada; no pavimento dous cães; a meia altura de uma das paredes lateraes, uma tribuna e n'ella, uns quatro musicos tangendo trombetas.

34 — Um calix, de prata dourada, mais pequeno do que o antecedente, no mesmo estylo gothico, que parece ser algum tanto anterior e menos ornamentado. A patena é muito parecida com a maior do primeiro calix.

Museu municipal

35 — Quadro de Vieira Portuense, representando Christo crucificado.

36 — Quadro grande de paisagem com arvoredos, do mesmo auctor; vêem-se no centro do plano varias figuras representando a fugida da rainha Margarida, mulher de Henrique VI, scena da guerra civil entre as duas casas de York e de Lencastre, denominada a guerra das duas Rosas por terem as ditas casas por divisa, uma a rosa branca e outra a rosa encarnada. Este quadro foi feito para um concurso em Londres, onde obteve o premio.

37 — Quadro pequeno do mesmo auctor, que representa S. João Baptista mostrando o Messias.

Bibliotheca municipal

38 — Chronica por Duarte Galvão, manuscripta, em pergaminho, com illuminuras. E' em quarto grande, encadernada em couro com labores relevantes; tendo nos quatro angulos ornamentação caprichosa e arrendada, em metal amarello. Nos centros dos mesmos angulos, duas esferas armillares e duas cruces da Ordem de Christo, emblemas de el-rei D. Manoel; e no centro as armas reaes do mesmo soberano.

Academia Portuense de Bellas Artes

39 — Um quadro pequeno, pintado a oleo em cobre, por Josepha de Ayalla, mais conhecida pelo nome de Josepha de Obidos, sua patria; representando o casamento mystico de Santa Catharina.

Sr.^a condessa de Rezende

40 — Uma salva grande, tendo no centro um quadro, em relevo alto, representando o rapto de Europa, em prata branca, e em volta toda a mais ornamentação composta de fructos, folhagens, flôres e aves, no mesmo relevo e em prata dourada.

41 — Outra salva, em tudo igual á anterior, menos no quadro do centro, que representa uma cascada de abestruzes, tambem em prata branca.

42 — Uma grande colcha da India, do seculo XVII, bordada a seda frouxa e a ouro, com retratos em uns grandes medalhões, tudo bordado em uma fazenda de acolchoadinho, sendo este feito a agulha.

Sr. Augusto Pinto Moreira da Costa

43 — Uma custodia de prata dourada, bem cinzelada, feita no Porto, na primeira metade do seculo XVIII.

44 — Um cofre de prata branca, todo lavrado e com alguns seraphins, feito igualmente no Porto e pelo mesmo tempo.

Sr. Martinho Pinto de Miranda Montenegro

45 — Uma salva de prata dourada; na borda relevos de mui phantasiosa invenção; o centro erguendo-se a bastante altura, lavrado com muita diversidade de labores, para servir de assento a um jarro. N'essa parte mais elevada tem gravado o brazão de armas da familia do proprietario. Parece ser obra dos fins do seculo XV.

46 — Um jarro, de feitio elegante, todo lavrado em labores subtile e levemente cavados, com duas lindas carrancas na origem da aza e na parte correspondente da frente.

47 — Uma colcha bordada a matiz, com folhagens, flores, aves e figuras de seda frouxa sobre tecido de ouro.

Sr. Adriano de Moraes Pinto de Almeida

48 — Uma colcha, muito antiga, bordada a matiz, representando flôres, folhagens, aves, quadrupedes diferentes e figuras humanas, sobre fundo de seda ferrete azul. —

AGRADECIMENTO AO SR. CLÉMENT SIPIÈRE

O sr. Clément Sipièrè, presidente da Sociedade Academica Hispano-Portugueza de Toulouse, foi por esta encarregado de a representar nos Congressos-Prehistorico, e Litterario, celebrados em Lisboa no anno passado.

Na conta que dá, aos seus consocios, do desempenho da sua missão, elogia os srs. Andrade Corvo, e Carlos Ribeiro, presidente e secretario geral do conselho director do Congresso internacional de anthropologia e de archeologia prehistoricas, pelo modo por que foi traçado e pontualmente executado o competente programma.

Rende homenagem a el-rei D. Luiz e a el-rei D. Fernando por terem presidido á abertura solemne dos Congressos, e animado os respectivos trabalhos; e encarece a illustração d'estas augustas personagens.

Recorda os banquetes a que foram convidados os membros dos Congressos por SS. MM., pela Camara Municipal, e pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, sendo sempre acolhidos e tratados com a maior cordialidade.

No tocante ás excursões scientificas a differentes localidades do paiz, dá testemunho da alegria e demonstrações de festa do povo, e da providencia com que em toda a parte estava tudo preparado para obsequiar os sabios estrangeiros.

Por tudo exprime o sr. Sipièrè delicadamente o seu reconhecimento e viva sympathia.

Recorda e transcreve a excellente e muito festejada poesia em francez, do sr. Mendes Leal, intitulada:

La Bienvenue

*Aux membres des deux congrès réunis à Lisbonne
Le 20 septembre 1880*

Referindo-se ao Congresso Litterario, de que particularmente trata no primeiro relatorio, noticia que tal reunião tivera por objecto a propriedade litteraria, e a proposito d'esta o estudo da legislação internacional e das convenções diplomaticas respectivas.

Presidira o sr. Louis Ulbach, distincto homem de letras, e foi secretario geral o sr. Lermina, fecundo romancista.

Reproduz o programma do Congresso, aponta as memorias e relatorios apresentados, e regista as conclusões a que se chegou, depois dos trabalhos que duraram desde 20 a 29 de setembro.

Apresenta o sr. Sipièrè uma resumida noticia de Portugal, sob o ponto de vista agricola, mineralogico, industrial, commercial, militar, e naval.

Louva os progressos que a imprensa tem feito entre nós; avalia em cem o numero dos respecti-

vos estabelecimentos privados. Tece elogios á Imprensa Nacional de Lisboa, á da Academia Real das Sciencias, e á da Universidade de Coimbra. Faz especial menção do estabelecimento do sr. Lallemand.

Exhibe uma resenha dos nossos principaes estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos; sempre de um modo lisongeiro.

Enumera alguns dos portuguezes illustres nas sciencias, nas letras e nas artes, que deixaram bom nome nas paginas da historia.

Encarece a nossa organização de beneficencia, afirmando que temos um consideravel numero de estabelecimentos de caridade, e de associações de providencia.

Não lhe esquece apontar o mui tocante titulo de — *Anjo da Caridade* — que o povo deu á excelsa rainha, a senhora D. Maria Pia.

O sr. Sipièrè descreve, a largos traços, mas com enthusiasmo, as *bellezas pittorescas*, e as *curiosidades archeologicas*, que elle diz se encontram a cada passo em Portugal.

Menciona a Torre de Belem, a igreja dos Jeronymos, da qual apresenta notaveis gravuras.

Exalta o *panorama* admiravel de Lisboa, edificada em amphitheatro sobre diversas collinas que dominam as margens do Tejo.

Chamam a sua attenção o Palacio da Ajuda; outros edificios e igrejas; as colleções diversas do Palacio das Necessidades, do Museu do Carmo e do Visconde Daupias.

Cintra, Mafra, Coimbra, Porto, Braga, Evora, Santarem: são prazenteiramente commemoradas pelo sr. Sipièrè.

Obrigado a correr ainda mais veloz do que o proprio sr. Sipièrè, dou-me pressa em assignalar os termos em que o estimavel estrangeiro põe o remate á sua *noticia*:

« Terminarei, senhores, este relatorio com o elogio do paiz que pretendi descrever-vos. A antiga Lusitania conserva ainda a sua originalidade peculiar, as suas feições pittorescas. Os habitantes são affaveis, graciosos para com os estrangeiros, e por toda a parte os acolhem bem. A belleza dos panoramas, o valor dos monumentos antigos e modernos que se encontram, um clima dos mais felizes: tudo, emfim convida o viajante a visitar Portugal.»

Pareceu-me que não devia ficar sem agradecimento a benevolencia de um estrangeiro, que nem uma só palavra menos agradavel profere contra nós; antes, generoso e delicado, deixa no escuro as imperfeições que acaso teve occasião de notar.

JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO.